



ESTADO DO AMAPÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PRACUUBA
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS

DECLARAÇÃO

OBRA: CONSTRUÇÃO DE CAMPO DE FUTEBOL SOCIETY NO MUNICÍPIO DE PRACUÚBA/AP
CONVENIO – CONTRATO DE REPASSE Nº 917271

Senhor Diretor do Departamento do Programa Ministerio da Cidadania,

Declaro, para os devidos fins, que a alternativa de incidência da contribuição previdenciária sobre folha de pagamento para a planilha orçamentária do presente Projeto Básico de Engenharia foi **COM DESONERAÇÃO**, pois tornou-se a mais vantajosa para esta Administração Pública, uma vez que a meta estipulada alcançou uma maior área a ser beneficiada.

Em ambas planilhas orçamentárias, no cálculo do BDI adotado, foram utilizados os mesmos valores de seus componentes e, ainda, declaro que os percentuais relativos aos impostos estão de acordo com o que emanam as leis pertinentes.

Para fins de verificação do BDI em relação aos limites definidos no Acórdão 2.622/2013 do Plenário do TCU, a obra foi enquadrada como:

Fornecimento de materiais e equipamentos.

Ademais, informo que o percentual de BDI adotado foi obtido a partir da fórmula abaixo, seguida do memorial de cálculo do índice.

$$BDI = \frac{(1 + (AC + R + S + G))(1 + DF)(1 + L)}{(1 - T)} - 1$$

DESCRIÇÃO	VALORES DE REFERÊNCIA			BDI ADOTADO
	1º Quartil	Médio	2º Quartil	
Administração Central (AC)	1,50	3,45	4,49	1,50
Seguro e Garantia (*) (S e G)	0,30	0,48	0,82	0,30
Risco (R)	0,56	0,85	0,89	0,56
Despesas Financeiras (DF)	0,85	0,85	1,11	0,85
Lucro (L)	3,50	5,11	6,22	3,50
TRIBUTOS (I)	8,15	8,15	8,15	10,65
COFINS	3,00	3,00	3,00	3,00
PIS	0,65	0,65	0,65	0,65
ISSQN (**)	-	-	-	2,50
CPRB	4,50	4,50	4,50	4,50
TOTAL	16,54	19,61	22,52	19,58


Eloadir Afonso Reis Brasil Filho
Engenheiro Civil
CREA: 151740018-0/PA

PRACUUBA-AP, 19 De JUNHO de 2024.

ELOADIR AFONSO REIS BRASIL FILHO
ENGº CIVIL - CREA:1517400180
Responsável Técnico

Notas do modelo: (*) Pode haver garantia desde que previsto no Edital da licitação e no contrato de execução.
(**) Podem ser aceitos outros percentuais de ISSQN desde que devidamente embasados na legislação municipal.